

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.484 - PR (2019/0198894-0)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : EXPRESSO VALE REAL LTDA
ADVOGADOS : ELVIS DE MARI BATISTA - RS060483
SAMUEL RADAELLI E OUTRO(S) - RS064229
AGRAVADO : JUNTA COMERCIAL DO PARANA
PROCURADOR : MARCUS VINÍCIUS TADEU PEREIRA E OUTRO(S) -
PR024625

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a" e "c", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região cuja ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESA. IDENTIDADE NO NOME EMPRESARIAL E RAMO DE ATUAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA COEXISTÊNCIA DE REGISTROS.

. Considerando que ambas as empresas possuem expressão idêntica bem como atuam no mesmo ramo comercial - transportes -, resta caracterizada a colidência de nomes empresariais passível de provocar confusão entre fornecedores e consumidores, razão porque a sentença de improcedência deve ser mantida.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 184, e-STJ).

A parte agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu violação dos arts. 1º, IV, 5º, XIII, e 170 da Constituição Federal; 3º, II, 6º, e 35, V, da Lei 8.934/1994; 53, IV, do Decreto 1.800/1996; e 124, XIX, da Lei 9.279/1996. Afirma (fl. 198, e-STJ):

In casu, quando da análise do pedido da Recorrente, para abertura de filial no Estado do Paraná, o Recorrido considerou tão somente a existência de outra empresa com nome supostamente similar, não considerando as atividades desenvolvidas pelas empresas, as quais são distintas.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.9.2019.

Nos termos do art. 9º, § 2º, VIII e XI, do RISTJ, compete à Segunda Seção o exame das causas que versem sobre o comércio em geral, bem como sobre a atividade relacionada ao registro de empresa, situação debatida nos autos.

A propósito:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ATO PECULIAR AO REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS - COMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO - REMESSA DOS AUTOS À SECRETÁRIA JUDICIÁRIA PARA REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO .

1 - De acordo com o caput do art. 9º do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

2 - Cabe a Segunda Seção processar e julgar os feitos relativos tanto a comércio em geral (inciso VIII) como a registros públicos, mesmo quando o Estado participar da demanda (inciso XI).

3 - *Mandamus* que ataca ato peculiar ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, logo, a Primeira Seção é incompetente para processar e julgar o presente conflito, porquanto a causa de pedir em tela enquadra-se-ia no dispositivo regimental retromencionado.

4 - Remessa dos autos à Secretaria Judiciária para redistribuição no âmbito da Segunda Seção, órgão competente para o exame da presente demanda.

(CC 131.540/CE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 14/4/2016).

Assim, definida a competência da Segunda Seção para apreciar e julgar o feito, determino sejam os presentes autos encaminhados à Coordenadoria competente para redistribuição a um dos Ministros que compõem aquela Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de outubro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator